

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº 3 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM VINTE E DOIS DE JUNHO DE DOIS MIL E DOZE

-----Aos vinte e dois dias do mês de junho de dois mil e doze, pelas vinte horas e dez minutos, no Edifício da Assembleia Municipal, sito no Solar dos Gorjões, no Largo de S. João Batista, em Porto de Mós, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----1. Modificações Orçamentais: 1ª Revisão à Grandes Opções do Plano para o ano de 2012;-----

-----2. Modificações Orçamentais: 1ª Revisão ao Orçamento para o ano de 2012;-----

-----3. 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal do Ano de 2012;-----

-----4. Autorização Prévia no âmbito da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos); -

-----5. Autorização de Abertura de Procedimentos Concursais para recrutamento, com vista à constituição de relações jurídicas de emprego público;-----

-----6. Pedido de autorização para assunção de compromissos plurianuais – Fornecimento de energia elétrica para instalações alimentadas em média tensão e baixa tensão especial do Município de Porto de Mós;-----

-----7. Aprovação do Regulamento do Espaço Social;-----

-----8. PROC.º N.º 659/2007 – REQUERENTE – SOLANCIS - SOCIEDADE EXPLORADORA DE PEDREIRAS, S.A. – Plano de expansão da empresa;-----

-----9. PROC.º N.º 474/2010 – REQUERENTE – Germano & Cordeiro, Lda., requer na qualidade de explorador da pedreira denominada "Cova Alta", sita na freguesia de Alvados, a emissão de declaração de Interesse Público Municipal, para pedir uma segunda prorrogação do prazo de validade do D.I.A (Declaração de Impacte Ambiental) do projeto de Exploração da referida pedreira;-----

-----10. Informação nos termos da alínea e), nº 1 do artigo 53º da Lei 169/99 de 18 de setembro alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.-----

-----**1 – ABERTURA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – CHAMADA:**-----

-----Faltaram à sessão, os seguintes membros: António Fernando Pardal da Silva (Presidente da Junta de Freguesia de Alvados – PSD), Manuel Correia Vala (Falta Justificada – PSD), Marta Teresa Ferreira Neto (Falta Justificada – PS).-----

-----Estavam presentes, pela Câmara Municipal, o senhor Presidente João Salgueiro, e os senhores Vereadores Albino Pereira Januário, Fernando Manuel de Carvalho Oliveira Monteiro, Rita Cerejo, Júlio João Vieira Carreira e Luís Manuel Coelho de Almeida e a Chefe de Divisão Neuza Morins.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 1 do artigo 52º – A, da Lei 169/99 de 18 de setembro com a redação que lhe foi conferida pela Lei nº 5 –A /2002 de 11 de janeiro, encontrava-se a Assistente Técnica Maria Fernanda Pinguicha Toureiro.-----

-----2. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR: -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, pôs depois à consideração do plenário as atas das duas sessões anteriores, referindo que na ata de fevereiro tinha havido uma objeção da deputada Ana Narciso sobre uma votação sobre a qual estava convencido que não tinha existido, confirmando que efetivamente chegou a acontecer e que só após essa votação é que foram retiradas as propostas, tendo a referida ata sido retificada. Assim, foi colocada a votação **a ata da sessão de 24 de fevereiro de 2012** devidamente corrigida, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**. Seguidamente foi colocada a votação a **ata da sessão de 20 de abril de 2012, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com duas abstenções**. -----

-----2. LEITURA DO EXPEDIENTE: -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia fez a leitura resumida do expediente recebido desde a última sessão ordinária da Assembleia Municipal, dizendo que a mesma se encontrava disponível para os membros que desejarem a sua consulta. -----

-----Passando depois a referir-se ao Campo Militar de S. Jorge, disse que queria agradecer ao senhor deputado municipal Carlos Vieira a gentileza e o trabalho que teve na elaboração da resposta que foi dada ao IGESPAR, com a colaboração de António Pires e António José Teixeira, passando a ler seguidamente esse mesmo texto que fica arquivado nos serviços administrativos desta Assembleia.-----

-----Continuou dizendo que esta resposta foi enviada para as mesmas entidades para onde foi enviada a primeira moção, passando depois a dar conta da resposta que O IGESPAR deu a esta missiva da assembleia municipal, que fica igualmente arquivada e disponível para consulta.-----

-----Passou depois a referir que o senhor Presidente da Câmara Municipal convocou uma reunião do Conselho Municipal de Educação para o dia 2 de maio no Salão Nobre, que tinha como pontos da ordem de trabalhos, o reordenamento da rede educativa e outros assuntos. Nesse Conselho esteve em representação da Assembleia Municipal o 1º Secretário da mesma, Vítor Louro Cordeiro, tendo os assuntos tratados, essencialmente a ver com os agrupamentos das escolas do concelho. Disse ainda haver um parecer desse conselho acerca deste assunto, que em conclusão, diz o seguinte: *“O Conselho Municipal de Educação de Porto de Mós, emite opinião contra a agregação dos agrupamentos das escolas do concelho de Porto de Mós, defendendo a manutenção da existência destes dois agrupamentos de escolas individualizados. Mais afirma que como parceiro e entidade envolvente na educação e no futuro da mesma dentro do concelho de Porto de Mós, estará recetível para em conjunto com os demais intervenientes analisar possíveis atuações que possam no geral ir ao encontro dos objetivos do Ministério da Educação, sem que para tal se ponha em causa a manutenção de ambos os Agrupamentos de Escolas do Concelho de Porto de Mós.”*-----

-----Disse depois que também recebeu da Câmara Municipal informação sobre a reclamação *“Omissão da referência de Porto de Mós, na sinalética de A19 e de IC 9”* dizendo ter sido enviado para o Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, o ponto de vista da Câmara Municipal sobre a falta de sinalética, tendo também sido notificadas as empresas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Autoestradas Litoral Oeste, Litoral Oeste Construções e Estradas de Portugal.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal apoiou esta atitude da Câmara Municipal, dizendo que não se deve parar enquanto esta situação não for resolvida.-----

-----Passou depois a referir que foi enviada para todos os membros da Assembleia uma cópia da Lei 22/2012 de 30 de maio, sobre o regime jurídico da reorganização administrativa, territorial autárquica. Tendo essa lei sido objeto de análise por parte dos serviços competentes da Câmara Municipal, foi considerado necessário enviar às Assembleias de Freguesia do concelho e Câmara Municipal, um ofício para que estas se pronunciassem sobre a questão em apreço, até 12 de julho de 2012. Disse ainda ter aceitado a sugestão de formar aqui nesta assembleia uma Comissão para analisar essas respostas, com vista à preparação da sessão extraordinária da Assembleia Municipal que irá ocorrer posteriormente, para emissão de pronúncia em conformidade com o que determina a lei supra referida. Disse depois que gostaria que o Partido Socialista e o Partido Social Democrata indicassem um elemento de cada partido para integrarem essa comissão conjuntamente com o representante da CDU, António da Conceição Ferraria e com o membro Independente Luís Manuel da Silva Cordeiro e ele próprio, Presidente da Assembleia Municipal de Porto de Mós. Ainda relativamente a este tema, disse que o senhor Presidente da Câmara convocou uma reunião com os Presidentes das Juntas de Freguesia, que estiveram todos presentes e consigo próprio, onde foi debatido este assunto. Continuou dizendo que o que quer dizer aqui, muito claramente, é que os senhores Presidentes de Junta têm que ter a coragem de saber aquilo que é melhor para cada uma das freguesias, ou ter a noção, de que, e atendendo à lei em vigor, se não houver decisão local, isto será decidido pela Comissão da Assembleia da República, dizendo que convém refletir sobre isso e perceber se esta oportunidade deve ou não ser aproveitada para ter o arrojo de modificar alguma coisa na atual organização administrativa. Continuou dizendo que o senhor Presidente da Câmara e ele próprio manifestam a sua disponibilidade para junto das populações de cada freguesia, prestarem todos os esclarecimentos possíveis. Continuou depois apelando ao diálogo entre as freguesias de forma a se chegar a uma solução consensual sem prejuízo para as populações, referindo que há economia de escala que se pode melhorar, pois existem aqui freguesias que dentro de quatro ou cinco anos não vão ter população que justifique por exemplo a deslocação de um médico a esses locais, dizendo que este é o momento para se pensar o futuro.---

PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

António da Conceição Ferraria (CDU):

-----Usando da palavra disse que queria chamar a atenção para alguns problemas que lhe vão sendo apresentados, sobretudo na freguesia de S. Bento, relativamente ao estado em que se encontram as estradas. Referiu-se ainda ao problema da água, dizendo que há povoações que têm água numa parte e noutra não.-----

-----Referiu-se depois à falta de limpeza do rio Lena dentro da Vila de Porto de Mós. Disse depois que queria mais uma vez chamar a atenção para o problema da desertificação do mundo rural, do desaparecimento das populações agrícolas e pecuárias, também o desaparecimento das pedreiras de calçada, estando-se a criar uma situação de empobrecimento do meio rural, devendo alguém tomar medidas. Disse ainda que teve algumas expectativas, com o programa deste governo relativamente à agricultura, mas que está a ficar desiludido porque a situação não se alterou significativamente pois dão-se apoios a grandes senhores e não àqueles que querem produzir, sendo o país invadido por produtos importados do estrangeiro. Continuou dizendo que através da organização que representa, anda a lutar pela agricultura há mais de trinta anos. Fez

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

depois menção aos problemas da exploração das pedreiras, que devido à quebra da construção civil levou à sua queda também, principalmente no que se refere às pedreiras de calçada.-----

-----**António José de Meneses Teixeira (PS):**-----

-----Começando por cumprimentar todos os presentes, disse que a sua primeira intervenção, serve para dar conta da sua preocupação relativamente à perda de meios de combate a incêndios neste concelho, até porque os sapadores, tanto quanto se sabe, só estão garantidos até final do ano. Atendendo a que o concelho de Porto de Mós tem uma vasta mancha florestal, e arbustiva que é preciso defender enquanto riqueza concelhia, gostaria que o senhor Presidente da Câmara informasse esta Assembleia Municipal sobre este assunto, com algum detalhe.-----

-----Por outro lado, disse que queria dar conta de que tem acompanhado o projeto da chamada Ecopista, felicitando o senhor Presidente da Câmara por mais este esforço que representa cerca de mais 486 mil euros investidos numa aposta inovadora de geoturismo com uma componente forte de geoconservação didática, pedagógica e científica para usufruto de todos os cidadãos. Disse ainda que quer ao mesmo tempo lamentar e repudiar todos os atos de vandalismo cometidos sobre esse equipamento de excelência. Disse ainda que queria dar os parabéns à Câmara Municipal, na pessoa do senhor vereador da Cultura relativamente à próxima publicação de uma brochura sobre o desastre da escola, na década de trinta do século XX.-----

-----Disse depois, querer louvar a Associação Desportiva Portomosense pela sua dedicação e dinamismo sendo considerada um verdadeiro gigante na formação em Porto de Mós e dar os parabéns também ao Alqueidão da Serra na pessoa de António Carvalho, pela vitória alcançada na divisão de honra e por fim, congratular-se também pela equipa de formação do Centro Cultural e Recreativo D. Fuas, pela conquista do título de campeões distritais do chamado grupo C.-----

-----Passou depois a dizer que queria debruçar-se sobre a questão da água, referindo que o governo português tem um projeto para privatizar as Águas de Portugal, dizendo querer alertar para o facto de a água ser um bem precioso, cada vez mais escasso. Continuou referindo que no último século o uso de água doce aumentou ao ponto de a captação hídrica ter duplicado, estando o uso da água a ser marcado pela irracionalidade e pelo seu desperdício sobretudo no setor agrícola, que corresponde a cerca de 70% do consumo deste recurso. A poluição dos recursos hídricos não tem só aumentado os custos do seu uso mas tem conduzido à degradação acelerada de preciosos ecossistemas. A constante pressão humana sobre a água tem conduzido a uma crescente escassez dos recursos disponíveis motivando situações de grande stress hídrico. Terminou dizendo que assim sendo, se tem de ponderar muito bem a quem entregar este bem precioso que é a água.-----

-----Continuando, disse que queria dar os parabéns ao Jardim de Infância de S. Bento, pelo trabalho publicado na internet, pedindo ao senhor Presidente da Junta que transmita à educadora Fátima Marto os seus parabéns pessoais, enquanto deputado municipal, pelo trabalho feito naquele Jardim de Infância.-----

-----**Luís Manuel da Silva Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento – IPSB):**-----

-----Usando da palavra disse que queria perguntar ao senhor Presidente da Câmara para quando o abastecimento de água que prometeu há dois anos do Casal Velho à Cabeça das Pombas. Referiu-se depois ao estado de degradação em que se encontram as estradas da sua freguesia.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**António Rogério de Oliveira Vieira (Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras – PSD):**-----

-----Referindo-se à reorganização administrativa das freguesias, disse que todas as freguesias receberam um ofício para que as assembleias de freguesia se pronunciassem sobre o assunto, salientando que ontem teve lugar a sessão da Assembleia de Freguesia de Pedreiras havendo já uma opinião formada sobre o assunto e que oportunamente seria enviada à Assembleia Municipal.-----

-----Disse ainda que queria agradecer ao executivo municipal por ter escolhido a freguesia de Pedreiras para a realização da semana da educação, e em particular à senhora Vereadora da Educação e seu grupo de trabalho, pela extraordinária organização que fez com que esta iniciativa fosse um sucesso.-----

-----**Artur José dos Santos Vieira (Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire – PS):**-----

-----Começou por parabenizar o executivo municipal pela inauguração da Ecopista.-----

-----No que respeita à reorganização administrativa das freguesias, disse querer pedir aos senhores Presidentes da Assembleia e da Câmara municipais, que no dia 6 de julho próximo prestassem alguns esclarecimentos sobre o assunto, na assembleia de freguesia de Mira de Aire que terá lugar nesse dia.-----

-----Continuou depois, dizendo que Mira de Aire está com dificuldades no abastecimento de água há largas semanas, principalmente na zona das Grutas e Fraga.-----

-----Disse depois que na zona das Grutas o relvado da equipa Mirense está sem água há dois meses e meio.-----

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):**-----

-----Dirigindo-se ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, criticou o facto de esta sessão da Assembleia se realizar sempre no dia anterior ao início das Festas de S. Pedro, perguntando se não pode ser realizada uma semana antes, dado que existe muita gente envolvida nas tasquinhas e que por causa disso, alguns não vêm à sessão.-----

-----Dirigindo-se depois ao senhor Presidente da Câmara, disse que na última sessão falou no problema da estrada da Boeira, e que ela cada vez está pior lamentando o facto de não se ter feito nada para obviar aquela situação.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a responder ao anterior interveniente, dizendo que a sessão deve ter lugar na última sexta-feira do mês de junho. Disse depois que a próxima sexta-feira é dia de S. Pedro, feriado municipal, e que achou que esta data seria mais conveniente que 29 de junho. Além disso, explicou, as sessões da Assembleia são articuladas também com a agenda de trabalhos da Câmara Municipal. Continuou ainda dizendo que não lhe chegou de ninguém a sugestão de se fazer esta sessão mais cedo manifestando a sua disponibilidade para o fazer desde que todos os intervenientes estejam de acordo.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Pegando nas palavras de António José Teixeira, disse querer também congratular-se com os

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

resultados positivos obtidos pelas coletividades do concelho.-----

-----Disse depois que queria referir um problema que o município tem e que é a questão do hotel, dizendo que neste caso a Câmara é capaz de ganhar mais se tentar um acordo.-----

-----Por fim referiu-se à Fundação Batalha de Aljubarrota, dizendo que da parte da Assembleia Municipal já se fez tudo o que era possível fazer. Disse ainda que ouviu o Professor Marcelo Rebelo de Sousa, há quinze dias na televisão, dizer que o assunto estava resolvido. Continuou dizendo que nesse mesmo dia mandou um mail para o senhor Professor perguntando o que é que se passava, reportando o mesmo ao senhor Presidente da Assembleia. O senhor Professor Marcelo Rebelo de Sousa respondeu, dizendo que efetivamente o assunto estava resolvido, tendo-se ficado por aí. Espantou-se pois, quando viu a resposta do IGESPAR, dizendo que tem a ideia de que ninguém está interessado em resolver o assunto, referindo ainda que lhe parece, pelo que foi respondido pelo IGESPAR, que isso é um facto consumado. Continuou ainda, dizendo que lhe parece, que quanto mais tempo passar, mais ganham as pessoas que querem fazer de S. Jorge um deserto jogando o tempo a seu favor e não a favor da população. Concluiu dizendo não perceber como é que se vai para a televisão dar uma notícia dessas, quando do lado da população não houve qualquer sinal de concordância com a situação.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia disse que queria fazer uma sugestão referindo que no ano passado, na assembleia de outubro, foi aqui prestada uma homenagem a algumas equipas que se destacaram nas atividades desportivas, propondo que este ano se fizesse o mesmo, pedindo à Câmara Municipal que se elencassem os clubes que se destacaram.-----

-----**Rui Fernando Correia Marto (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – PS):**-----

-----Em relação à documentação e à restante correspondência que foi dada a conhecer pelo senhor Presidente da Assembleia, disse achar que as entidades vão mandando para aqui respostas desconhecendo a realidade local. Concretamente quanto a questão da TDT no Alqueidão da Serra, nomeadamente na zona que não era sombra ou que não estava identificada como tal, se está resolvido o problema, é há muito pouco tempo.-----

-----Disse depois que queria colocar uma questão sobre a reorganização das freguesias pois inicialmente dizia-se que isso tinha que estar pronto em agosto, mas que agora se fala em setembro, pois que o prazo se suspende durante as férias judiciais, perguntando se isso se confirma.-----

-----Continuou, dizendo que queria focar o tema de que muito se falou aqui na última sessão e que tem a ver com a água, o saneamento e resíduos sólidos, dizendo que este governo anda com alguma vontade de fazer a privatização de todo este setor mas que toda a gente desconfia que com esta privatização não se vai ficar mais bem servido, apesar de algumas das insuficiências com que se lidam hoje em dia, apelando ao executivo municipal para não embarcar nesta onda de privatizar tudo, até porque há câmaras que privatizaram o sistema das águas há muito mais tempo, não estando neste momento melhores que Porto de Mós. Nesse aspeto ainda, disse que gostaria de apelar ao sentido de justiça do executivo e que não se avançasse com o aumento de preços, conforme se tem falado. É óbvio que todos sabem que se há custos eles têm que ser pagos de alguma maneira, e que a maior parte das pessoas estará disposta a sacrificar-se mais um bocadinho, mas como é do conhecimento geral e vem sido publicitado através dos meios de comunicação social, por mais que se aumentem os impostos as receitas têm vindo a cair, pedindo alguma ponderação neste aspeto.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Por ultimo, referiu ainda o facto de ter arrancado hoje a construção do sistema de abastecimento de água a Covão de Oles e reforço a Alqueidão da Serra. Disse ainda que este executivo ficará na história como aquele que levou o abastecimento de água a 100% à freguesia de Alqueidão da Serra, dizendo estar convencido que se o sistema fosse privatizado, provavelmente não se atingiriam os 100%, porque o Covão de Oles com 20 casas não justificaria o investimento.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia esclareceu que apesar da data para a pronúncia deste órgão sobre a reorganização territorial das freguesias se poder alargar até setembro, se manteria a data para a sessão extraordinária, atendendo ao facto de o mês de agosto ser por excelência um mês de férias.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a usar do direito de resposta, concedendo a palavra à senhora vereadora da Ação Social Rita Cerejo que referiu que se iria realizar nos dias 6 e 7 de julho em Mira de Aire um Seminário subordinado ao tema Turismo, Ordenamento do Território, Biodiversidade e Energia no contexto das alterações climáticas. Continuou dizendo que tem o alto patrocínio do Senhor Presidente da República, contando com a presença da Senhora Ministra da Agricultura, do Senhor Presidente da Comissão Nacional da UNESCO, do senhor Presidente da Cruz Vermelha, da Secretária de Estado do Turismo e na sessão de encerramento estará presente o Secretário de Estado Artur Trindade. Apelou depois à participação de todos, passando a referir que no segundo dia iria ter lugar um passeio às Grutas e ao Parque Natural decorrendo em paralelo uma amostra de artesanato e de produtos regionais, por forma a divulgar o concelho a par desta interessante temática.-----

-----No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara fez referência à intervenção do senhor Presidente da Assembleia quando ele fez menção à falta de sinalética que se verifica na IC9, manifestando igualmente a sua preocupação com a falta de sinalização que existe nas novas vias rodoviárias, tendo por isso agendada uma reunião com as entidades que têm responsabilidades neste assunto, ou seja, Autoestradas do Litoral Oeste e Estradas de Portugal.-----

-----Passou depois a responder aos anteriores intervenientes, começando por dizer a António Ferraria que o estado das estradas que este mencionou é uma situação recorrente, que tem vindo aqui desde o princípio do mandato e que continuará a vir, porque o município de Porto de Mós, não tem dinheiro para resolver o problema da totalidade das estradas da freguesia de S. Bento. No que se refere à água, disse que se mantem a intenção do abastecimento de água a Casal Velho/Cabeça das Pombas, estando o projeto pronto, mas estando o município neste momento seriamente limitado face à Lei dos Compromissos. Teceu depois algumas considerações acerca da lei supramencionada, fazendo menção ao facto de esta lei vir limitar a capacidade de atuação dos municípios.-----

-----No que se refere à limpeza do rio, disse que o que está em causa é um ecossistema que importa preservar, pelo que é importante aguardar que termine o período de nidificação das aves aquáticas que ali estão fixadas para então sim, proceder à limpeza daquele. Quanto à desertificação do mundo rural, disse estar de acordo, e que de facto a situação se tem vindo a agravar.-----

-----A António José Teixeira disse, relativamente aos meios de combate a incêndios no concelho de Porto de Mós, que o município está a fazer um esforço enorme, estando a subsidiar a equipa de intervenção permanente dos Bombeiros Voluntários de Porto de Mós, suportando 50% do ordenado de 5 pessoas. Quanto aos sapadores florestais que eram apoiados pelo ICNB, e que fazem um excelente serviço, sobretudo na prevenção e vigilância das florestas, estando no terreno 24 horas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

por dia no inverno, de acordo com o que lhes é exigido, disse que os seus vencimentos eram pagos pela Autoridade Florestal Nacional e pelo ICNB. Como houve a fusão das duas entidades questionou o senhor Secretário de Estado, tendo aquele dito que o subsídio se manteria igual. Em fevereiro passado em nova reunião com o mesmo Secretário de Estado, este disse que afinal um dos subsídios cairia, sendo que o único subsídio de setenta e cinco mil euros não chega para suportar as despesas de funcionamento das equipas de sapadores. Assim e para se resolver o problema, a Câmara Municipal de Porto de Mós e outras entidades assinaram um protocolo com a ADSAICA, tendo os sapadores vindo a Porto de Mós fazer alguns trabalhos de limpeza o que tem sido excelente, pagando à ADSAICA o valor correspondente ao trabalho realizado, garantindo assim os vencimentos daqueles operacionais.-----

-----Quanto aos atos de vandalismo da Ecopista, disse que a situação está melhor, tendo sido pedido o reforço da vigilância pelos GIPS e GNR, o que tem vindo a minimizar essas ações.-----

-----No que se refere ao resultado positivo das diversas associações desportivas e que aqui foi referido, disse que há grande mérito das associações mas o Município de Porto de Mós também tem colaborado com a atribuição de subsídios que de certo modo são importantes para estas associações.-----

-----Quanto ao problema da água que aqui foi referido, disse que esse irá ser o problema da década. Continuou dizendo que o preço da água não pode continuar como está e que o sistema terá que ser sustentável e a sustentabilidade do sistema implica o reequilíbrio dos custos e da venda ao público. Os preços sociais que o Município de Porto de Mós está a praticar não chegam para pagar a energia elétrica necessária, não falando de toda a manutenção do sistema. -----

-----A **Luís Cordeiro** disse que o abastecimento de água à Cabeça das Pombas é um projeto que está em cima da mesa.-----

-----A **Rogério Vieira** disse, relativamente à Semana da Educação, que o sucesso alcançado foi também da Junta de Freguesia de Pedreiras, pelo trabalho que esta desenvolveu, dando os parabéns à Junta de Freguesia e ainda às coletividades que ali participaram. À senhora Verreadora da Educação, disse que lhe daria pessoalmente os parabéns, dado que esta não pode hoje estar presente nesta sessão.-----

-----A **Artur Vieira** agradeceu as palavras acerca da Ecopista, dizendo ser uma obra que honra o concelho, inaugurada no Dia Mundial do Ambiente. Quanto às dificuldades de abastecimento de água em Mira de Aire, disse que foi feita uma ampliação da rede tendo sido colocada mais uma plataforma passando a resolução do problema pela colocação de algumas válvulas reguladoras, estando a situação a ser estudada. No que se refere ao relvado, disse ter havido um compromisso da parte de elementos ligados à direção de fazer a rega temporária a partir de uma tubagem que lá está, estando lá disponíveis as mangueiras para esse efeito. De qualquer forma, está programado, que para a semana se faça uma extensão da conduta para possibilitar essa rega.-----

-----Quanto a **Virgílio Santiago**, reiterou a explicação do senhor Presidente da Assembleia quanto à data da presente sessão, e depois referindo-se à estrada da Boieira, disse que ainda esta semana verificou no local a grande depressão que a mesma tem, estando programada uma intervenção para minorar aquela situação.-----

-----Respondendo depois a **António Pires**, disse subscrever as suas palavras no que se refere às coletividades. Quanto ao hotel disse que não sabia se nas palavras daquele havia conhecimento

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de algo que esteja em curso. Disse depois que existem contatos com uma entidade que se propõe comprar o hotel aguardando-se desenvolvimentos e estando o assunto a ser acompanhado de perto pelos advogados da Câmara Municipal. Quanto ao Professor Marcelo Rebelo de Sousa disse pensar que este não tem conhecimento do que se está a passar verdadeiramente em S. Jorge. Continuou dizendo que houve uma reunião em Lisboa em que foi decidida a questão da ZEP e que a mesma não foi pacífica tendo a senhora Diretora Regional do Centro votado contra a proposta que havia. Sendo uma comissão muito alargada e atendendo à pressão que existe, não se sabe ainda qual foi o resultado tendo a publicação que sair até dia 28 sob pena de a decisão cair. A António Pires disse ainda quando este referiu a publicação de 2010, que o processo que deu origem a essa classificação se iniciou em 2003, tendo havido reclamações e sendo as respostas às mesmas igual para todas, não tendo o processo evoluído a partir daí. Curiosamente em 2010, fomos confrontados com a publicação do monumento nacional, no entanto, neste espaço de tempo, foi construído o CIBA, e se calhar se essa publicação tivesse saído antes, não teria sido possível construir o CIBA. Disse depois que reuniu em Lisboa com o IGESPAR e com a senhora Diretora Regional de Cultura do Centro que deixou uma perspectiva que a si enquanto Presidente da Câmara lhe agradaria em relação à ZEP. Tendo falado depois com a Comissão de Moradores de S. Jorge foi marcada nova reunião em Coimbra estando presentes nessa, representantes desta Comissão e tendo a senhora Diretora alterado a sua posição e a abertura que anteriormente havia manifestado para resolver o problema consensualmente já não existia, o que lamenta, pois numa semana o seu discurso mudou completamente.-----

-----A **Rui Marto**, relativamente à reorganização administrativa, disse que quanto ao prazo, ainda não existe nada de concreto, senão aquilo que deriva da lei. No que se refere à questão da privatização da água, disse que já respondeu, acrescentando que há muita gente que contesta pagar 7 euros de água por mês e que no entanto paga 30 euros de telemóvel e 40 de TV cabo, como é do conhecimento geral. Quanto ao início das obras no Alqueidão da Serra, disse que é mais uma conquista deste executivo dizendo que sabe que toda a população está satisfeita com este investimento, dizendo acreditar que este se irá pagar a muito curto prazo, pois o município está a pagar valores muito avultados às Aguas do Lena para fornecer aquela zona. No que se refere aos custos relativos a Covões do Oles, disse não haver sustentabilidade económica, pois os custos são elevados face aos consumos que ali irão ter lugar, mas a população daquelas localidades também tem o direito de ter água nas suas torneiras.-----

-----PERÍODO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

-----O senhor Presidente da Assembleia veio dizer que o período para intervenção do público é de uma hora, passando a tomar nota das inscrições. Assim inscreveu-se para intervir neste período, Samuel Valente.-----

-----No uso da palavra este interveniente, dirigindo-se ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse que estava aqui em nome da Assembleia de Freguesia de São Bento, passando a ler uma exposição das principais preocupações desta Assembleia de Freguesia, que a seguir se transcreve:-----

-----"A Assembleia de Freguesia de S. Bento, enquanto corpo que representa democraticamente a população de São Bento, tem a responsabilidade de vos fazer chegar as principais razões que fazem soar vozes protestantes, uma vez que os apelos do executivo estão a revelar-se insuficientes pois não estão a produzir qualquer efeito.-----

-----Decidiu-se, desta forma, dar voz às constantes queixas dos nossos habitantes. Estas queixas já eram conhecidas antes deste executivo e desta Assembleia de Freguesia iniciar funções. Estas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

queixas também já eram conhecidas pelo executivo da Câmara Municipal.-----

-----Passamos a enumerar as três queixas primordiais.-----

-----**1ª – ÁGUA, o bem de primeira necessidade:**-----

-----Durante a campanha eleitoral foi prometido o alargamento da rede de água canalizada nesta freguesia o que faz todo o sentido pois estamos no século XXI e somos um país pertencente à Europa. Ao longo deste período de mandato, apenas o ramal de Penedos Belos foi concluído. Na inauguração do mesmo foi dito que no próximo ano haveriam mais ramais concluídos, o que não aconteceu. O povo não gosta que lhe faltem à verdade. (A freguesia vizinha, Serra de Santo António, do Município de Alcanena, já tem este serviço desde a década de "70" e até já tem saneamento básico. Nas duas freguesias as características geomorfológicas são idênticas. Estas características não serviram de escusa para a Câmara Municipal de Alcanena trazer quer a água quer o saneamento para terras serranas.) -----

-----**2ª ESTRADAS MUNICIPAIS:**-----

-----Uma freguesia com 40 km², a mais distante da sede do concelho, precisa de boas estradas para encurtar as distâncias que nos separam. Todos os utilizadores das estradas desta freguesia lamentam o mau estado das vias municipais. Algumas destas estradas nunca mais foram renovadas desde que foram feitas, há mais de 30 anos, como é o caso da estrada que vai para a Paiã.-----

-----Citamos as estradas que precisam de recuperação profunda urgente (não apenas tapar buracos como tem vindo a ser feito):-----

-----**1. Vale Florido-Penedos Belos;**-----

-----**2. Covão do Frade-Moleana;**-----

-----**3. Curraleira – Pia Carneira;**-----

-----**4. Casal Velho – Cabeço das Pombas;**-----

-----**5. Covão do Sabugueiro – Moita do Açor – Covas;**-----

-----**6. Casal Velho – Moleana – Fontainhas;**-----

-----**7. Covões Largos – Chainça;**-----

-----**8. Covão do Sabugueiro, Rua das Ladeiras e Rua do Sabugueiro.**-----

-----Mais informamos que o alcatroamento da estrada que liga o Vale Florido aos Penedos Belos foi prometido publicamente pelo senhor Presidente da Câmara na inauguração do ponto de água em Penedos Belos em maio de 2010. O início dos trabalhos estavam agendados para setembro de 2011, mas até hoje, ainda não houve qualquer intervenção no terreno. O povo não gosta que lhe faltem à verdade.-----

-----**3ª PRAÇA, em frente ao Clube:**-----

----- Durante a campanha eleitoral, foi dito pelo senhor Presidente da Câmara que, "São Bento precisava de uma obra de bom gosto". Perante a proposta de requalificação da frente do Clube Desportivo apresentada pelas associações locais, o Presidente comprometeu-se a financiar a totalidade da obra. Passados 3 anos, com uma participação aprovada do PRODOR, a Câmara Municipal não nos garante o financiamento do valor remanescente, nem sequer está a agilizar o processo junto do PNSAC para desbloquear as imposições que nos estão impostas. O povo não gosta que lhe faltem à verdade.-----

-----Queremos demonstrar que o trabalho, quer do executivo desta Freguesia, quer do executivo da Câmara Municipal de Porto de Mós, está a ser acompanhado por esta Assembleia de Freguesia. Estamos a exigir a execução do que nos foi prometido. Estamos a dar forma aos constantes protestos dos habitantes que, após dois anos e meio de mandato, verificam que não há intervenção do município nesta freguesia. Nem tão pouco, as promessas são realizadas. O povo não gosta que lhe faltem à verdade.-----

-----Esperemos que as nossas palavras mereçam a Vossa melhor atenção e que, todos em conjunto, consigamos fazer o que é melhor para a população.-----

-----Agradecemos desde já a vossa disponibilidade e boa vontade para a resolução destes problemas, que tanto descontentamento têm provocado aos Sambentonenses.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Atentamente, a Assembleia de Freguesia de São Bento (A Presidente, Sylvie Ribeiro)"-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal, passou a responder ao anterior interveniente, dizendo ser com agrado que aqui vê um representante da Assembleia de Freguesia de São Bento preocupado com os problemas da sua população, tal como ele próprio está. Continuou dizendo que queria no entanto corrigir algumas das coisas que aquele havia dito, tal como quando falou apenas no abastecimento de água aos Penedos Belos, dizendo que aquele interveniente se esqueceu de mencionar o abastecimento à Pia do Lobo, em todo o cruzamento da Serra de Santo António, tendo aí sido feita uma grande extensão de conduta, não tendo também referido a água de São Bento para Casal Velho. No que toca a alcatroamentos, disse, esqueceu-se também de mencionar que este executivo, já alcatroou de São Bento ao Casal Velho, alcatroou toda a estrada de Pia do Lobo até ao limite da povoação dos Penedos Belos, pelo que alcatroamentos em São Bento tem havido, o que não pode é pedir o alcatroamento de todas as estradas que aqui elencou, porque o orçamento da Câmara para os próximos cinco anos não chegaria para isso, e este concelho tem treze freguesias. Disse depois, quanto aos arranjos exteriores do pavilhão e do campo de futebol, que o projeto foi chumbado pelo PNSAC e não pela Câmara, não obstante todo o esforço que foi feito pela Câmara Municipal junto do Ordenamento do Parque, tal como aconteceu com o CASSAC. Continuou dizendo que até é bom que as populações e o Presidente da Assembleia de Freguesia manifestem a sua indignação junto do ParqueNatural podendo constituir mais uma força de pressão junto daquela instituição.-----

-----**ORDEM DE TRABALHOS:**-----

-----**1. Modificações Orçamentais: 1ª Revisão à Grandes Opções do Plano para o ano de 2012 e 2. Modificações Orçamentais: 1ª Revisão ao Orçamento para o ano de 2012:**-----

-----Usando da palavra, o senhor Presidente da Câmara passou a explicar que estes pontos da ordem de trabalhos, interligados e aqui postos a discussão conjuntamente, derivam da própria lei que diz que o saldo do exercício anterior tem de ser reafectado em termos de Plano de Atividades e Orçamento. Assim os cerca de quatrocentos mil euros que houve de saldo terão que ser afetados a outras rubricas, tendo sido aberta uma rubrica nova e que tem a ver com a passagem superior na EN 1, por força da construção do Centro Escolar das Pedreiras, e se a Lei dos Compromissos o permitir, será construída essa passagem superior que não estava prevista em Plano de Atividades. Por isso a inscrição desta nova rubrica, com a autorização da Assembleia Municipal para se poder pôr essa obra a concurso. O que resta, cerca de cem mil euros, servirá para reforçar algumas rubricas que nesta fase do ano estejam mais fragilizadas.-----

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Usando da palavra, passou a dizer ao senhor Presidente da Câmara que, não querendo fazer o papel de advogado da Freguesia de S. Bento, o executivo municipal durante seis anos havia disposto de cerca de quarenta milhões de capital, e que quando entrou nesta casa pela primeira vez, já se falava da água para S. Bento e já lá vão quinze anos, e quem passar por S. Bento pode constatar a degradação que existe naquela aldeia, nomeadamente em relação às estradas, sendo que estes quatrocentos mil euros, estão a ser distribuídos para todo o lado menos para lá. No que se refere ao CASSAC, pediu ainda ao Presidente da Câmara que continuasse a trabalhar esse assunto, que ele faria o mesmo-----

-----O senhor Presidente da Câmara usando da palavra respondeu a Carlos Venda, dizendo que acha que este não havia percebido o que estava aqui em causa, dizendo que o que disse, foi que houve a necessidade de abrir uma rubrica nova para uma obra que não estava prevista e que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

apesar disso, não sabe se será feita devido à lei dos Compromissos. Quanto a S. Bento, disse que , não precisa de mais verba, pois as obras desta freguesia estão previstas em Plano de Atividades, acrescentando que o que não sabe é se essas obras poderão ser feitas atendendo aos constrangimentos que a Lei impõe. No que se refere ao CASSAC, disse que está tão empenhado quanto ele na resolução do problema.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi o ponto 1 da Ordem de Trabalhos - **Modificações Orçamentais: 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano para o ano de 2012** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 8 (oito) abstenções e 23 (vinte e três) votos a favor**.-----

-----Seguidamente, foi posto a votação o ponto 2 da Ordem de Trabalhos - **Modificações Orçamentais: 1ª Revisão ao Orçamento para o ano de 2012** – tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 8 (oito) abstenções e 23 (vinte e três) votos a favor**.-----

----- **3. 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal do Ano de 2012:** -----

-----Começou por dizer que muito se tem falado sobre a redução do número de cargos dirigentes nos municípios, mas que Porto de Mós não vai ser abrangido por essa medida porque cumpre os rácios exigidos. O motivo de este assunto ter vindo a esta Assembleia Municipal nesta altura, tem a ver com o facto de um dos dirigentes do município ter verificado como é que a sua situação estava tendo detetado um lapso, não estando corretamente expressa a sua situação. Assim sendo, o que se pretende é apenas a correção dessa situação, não implicando isso qualquer alteração de vencimento.-----

----- **António José de Meneses Teixeira (PS):** -----

-----Referiu-se ao facto de enquanto deputado municipal, e perante os assuntos que aqui vêm para ser discutidos e aprovados não ter, tecnicamente condições para dizer o que quer que seja sobre a grande maioria dos mesmos. Concretamente em relação a este ponto três, e à informação que lhe é dada enquanto deputado municipal e que é a informação da Chefe de Divisão, a própria diz que o mapa não está correto, havendo uma serie de meandros técnicos implícitos e, não se sentindo capacitado para os discutir tecnicamente.-----

-----O senhor Presidente da Câmara, pediu então à senhora Chefe de Divisão de Recursos Humanos que esclarecesse tecnicamente a Assembleia, tendo esta dito que o mapa de pessoal comporta duas situações, sendo uma o cargo e a outra a categoria, estando o senhor Engenheiro Fernandes com o cargo de dirigente e categoria de Técnico Superior, e ela própria e a Chefe de Divisão de Urbanismo, com o cargo de dirigente e categoria de chefe de divisão. O que acontece efetivamente é que a categoria é de Técnico Superior e o cargo que ocupam, e que é de nomeação, é que é de chefe de divisão. Tendo em conta a informação do Engenheiro Fernandes, foi trazida aqui à Assembleia Municipal a correção do mapa, apenas e só na questão da denominação.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi o presente ponto da ordem de trabalhos - **1ª Alteração ao Mapa de Pessoal do Ano de 2012** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com uma abstenção**.-----

-----**Carlos Alberto da Rosa Vieira (PSD):** disse querer fazer uma declaração de voto, dizendo não saber se estes pontos terão que ser obrigatoriamente votados na assembleia, achando que bastaria dar conhecimento da regularização de uma situação de acordo com a lei e a mesma ser ratificada posteriormente pela Assembleia Municipal.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse que existe um Gabinete Jurídico na Câmara e que esta envia os assuntos para a Assembleia partindo do princípio que, de acordo com a lei, têm de ser votados.-----

-----O senhor Presidente da Câmara interveio dizendo que era obrigatório vir a esta Assembleia, dado que se trata de uma alteração a documento que foi inicialmente aprovado pela mesma.-----

4. Autorização Prévia no âmbito da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos):-

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer, de acordo com o Decreto Lei nº197/99, que carecem de autorização prévia a assunção de compromissos por parte do executivo, desde que sejam plurianuais. Exemplificou com os concursos para os transportes escolares, fornecimentos de cantinas escolas, refeições escolares e AEC's que têm efeitos para o ano letivo que se distribui por dois anos civis e que portanto precisam de autorização da Assembleia Municipal. Passou depois a dar conta da proposta que a ANMP fez, de forma que, possa ser delegado nas Câmaras Municipais, desde que o montante máximo do concurso não ultrapasse os noventa e nove mil setecentos e cinquenta e nove euros e desde que não ultrapasse os três anos. É pois esta proposta que está aqui em discussão por forma a simplificar esta situação, para que não se tenha de reunir a assembleia sempre que seja necessário abrir um concurso, não obstante o facto de ter que ser dado conhecimento a esta de todos os concursos que vierem a ter lugar por essa via. Terminou referindo que o que a AMNP diz no resumo da sua proposta é que "*propõe-se por motivos de simplificação e celeridade processuais e procurando replicar uma solução idêntica à preconizada por entidades do Setor Publico Administrativo que a Assembleia Municipal delibere relativamente à Câmara Municipal:* -----

-----1. Para os efeitos previstos na alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei 8/2012 de 21 de fevereiro, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal nos casos seguintes:-----

-----a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza, constantes das Grandes Opções do Plano; -----

-----b) Os seus encargos não excedam o limite de 99 759.58 euros em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos."-----

-----São pois apenas estas duas situações que ficarão excecionadas da necessidade de virem previamente à Assembleia Municipal para autorização.-----

-----Não havendo pedidos de intervenção neste ponto da ordem de trabalhos - **Autorização Prévia no âmbito da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos)** - foi o mesmo posto a votação pelo senhor Presidente da Assembleia, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com uma abstenção**.-----

5. Autorização de Abertura de Procedimentos Concurrais para recrutamento, com vista à constituição de relações jurídicas de emprego público:-

-----O senhor Presidente da Câmara passou a fazer referência à proposta que a seguir se transcreve e que foi objeto de deliberação de Câmara em sua reunião ordinária de 06.06.2012., no sentido de solicitar a esta Assembleia Municipal autorização para abertura dos respetivos procedimentos concursais.-----

PROPOSTA

Autorização de Abertura de Procedimentos Concurrais

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Considerando que:-----

-----1 – Dispõe o mapa de pessoal, para o ano 2012, aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal de 6/12/2011, e tendo merecido aprovação da Assembleia Municipal, nos termos dos artigos 4.º, 5.º e 49.º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro e 64-B/2011, de 30 de dezembro e da alínea b) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto – Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, na sessão ordinária de 16/12/2011, de onde constam os postos de trabalho a ocupar, em regime de contrato por tempo indeterminado e na modalidade de contrato a termo resolutivo certo;-----

-----2 – Tem absoluta necessidade de proceder ao recrutamento de trabalhadores, por tempo indeterminado e com contrato a termo resolutivo certo, com vista a assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviços públicos na área de Educação, nomeadamente para apoio à componente letiva, componente de apoio à família na educação pré – escolar, prolongamento de horário, serviço de almoço, limpeza das escolas.-----

-----3 – Não tem possibilidade de proceder à ocupação dos postos de trabalho em causa nos termos previstos nos n.ºs 1 a 5 do artigo 6.º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro e 64-B/2011, de 30 de dezembro;-----

-----4 – Previu os encargos com o recrutamento de trabalhadores no orçamento municipal aprovado para o ano 2012;-----

-----5 – Este Município cumpre os deveres informação, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo.º 46.º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro;-----

-----6 – Nos termos do n.º 5 do artigo 48º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para o ano 2012, não é considerado, para efeitos de redução de pessoal nas autarquias locais, o pessoal necessário para assegurar o exercício de atividades objeto de transferência ou contratualização de competências da administração central para a administração local no domínio da educação;-----

-----7 - Que os lugares a recrutar se refere a contratação de pessoal no domínio da educação, e que não se tratam de novos postos de trabalho mas de substituição dos existentes dado os términos dos contratos existentes, aposentações e cumprimento dos rácios, são postos de trabalho considerados críticos e essenciais, no sentido de corresponderem a atividades que não podem deixar de ser asseguradas e e/ou que requerem, pelo menos 1 trabalhador para as desempenhar, recrutamento de trabalhadores para o exercício de competências transferidas ou contratualizadas com a administração central, pessoal não docente para cumprir os rácios de pessoal resultado do contrato de execução.-----

-----Propõe que o Órgão Executivo do Município apresente à Assembleia Municipal pedido/proposta para que este órgão deliberativo autorize, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 46.º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, a abertura de procedimentos concursais para recrutamento com vista à constituição de relações jurídicas de emprego público de:-----

-----1. Até 30 (trinta) assistentes operacionais, na modalidade de relação jurídica de emprego público em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo - a tempo parcial, para assegurar a componente de apoio à família, nas modalidades de serviço de almoço e prolongamento de horário, nos estabelecimentos de educação pré-escolar e serviço de almoço nos estabelecimentos do 1º CEB; -----

-----2. 1 (um) assistente técnico, na modalidade de relação jurídica de emprego público em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado, para assegurar funções administrativas no agrupamento de escolas de Mira de Aire e Alvalados;-----

-----3. 1(um) assistente operacional (motorista de transportes coletivos), na modalidade de relação jurídica de emprego público em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo, para assegurar os transportes escolares em virtude da aposentação do motorista que assegurava este serviço;-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----4. Até 8 (oito) assistentes operacionais na modalidade de relação jurídica de emprego público em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado, para assegurar funções permanentes, na área da educação., para as diversas escolas do concelho, em que as funções eram asseguradas por pessoal com relação jurídica de emprego público por tempo determinado. --

-----Face ao exposto e considerando ser de relevante interesse público assegurar a normal execução das atividades e projetos permanentes na área da educação, proponho que seja autorizado o recrutamento acima referenciado.-----

-----Porto de Mós, 4 de junho do ano 2012. (O Presidente da Câmara, João Salgueiro)-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD)**, pediu a palavra para perguntar se o pessoal a que se refere a presente proposta é apenas o que está a afeto às escolas, tendo o senhor Presidente da Câmara confirmado.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção foi o presente ponto da ordem de trabalhos - **5. Autorização de Abertura de Procedimentos Concursais para recrutamento, com vista à constituição de relações jurídicas de emprego público** - posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com uma abstenção**.-----

-----**6. Pedido de autorização para assunção de compromissos plurianuais – Fornecimento de energia elétrica para instalações alimentadas em média tensão e baixa tensão especial do Município de Porto de Mós;**-----

-----O senhor Presidente da Câmara no uso da palavra referiu que este assunto vem na sequência do que foi dito no ponto 4 da ordem de trabalhos, pois aqui ultrapassa-se o valor referido de noventa e nove mil euros, pelo que tem que vir previamente à Assembleia. Continuou dizendo que o que estava aqui em causa é que neste momento existem vários fornecedores de energia, sendo os municípios obrigados a fazer concurso publico.-----

-----Não havendo pedidos para intervir, foi o presente ponto da ordem de trabalhos -**6. Pedido de autorização para assunção de compromissos plurianuais – Fornecimento de energia elétrica para instalações alimentadas em média tensão e baixa tensão especial do Município de Porto de Mós** - posto a votação sendo o mesmo **aprovado por unanimidade**.-----

-----**7. Aprovação do Regulamento do Espaço Social:**-----

-----Usou da palavra a senhora vereadora do Pelouro da Ação Social, referindo que o regulamento do Espaço Social foi alterado e colocado em discussão pública e para poder ser publicado em Diário da República tem que ser aprovado pela Assembleia Municipal. Continuou dizendo que existe apenas uma alteração de fundo e que é ao nível dos critérios para se poder beneficiar do Espaço.-----

-----**Carlos Alberto da Rosa Vieira (PSD):**-----

-----Disse que gostaria de sugerir à senhora Vereadora e seus colaboradores que quando programem os peditórios nos supermercados os espaçassem mais no tempo de forma a não coincidirem com aqueles que são feitos pelo Banco Alimentar. Perguntou depois quantas famílias estão a ser apoiadas pelo Espaço Social.-----

-----**Luís Carlos Vieira Monteiro (PSD):**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Usando da palavra, disse que a sua intervenção tem a ver com o facto de ser alterado o quantitativo de 150 para 120 euros per capita, perguntando qual a razão dessa alteração uma vez que com esse abaixamento se reduz em muito a malha de famílias que podem beneficiar do espaço social, e isso numa altura de crise em que não se deviam restringir e sim manter os apoios que existiam.-----

-----Respondendo aos anteriores intervenientes a senhora vereadora da Ação Social Rita Cerejo, disse que ao longo do tempo, pela experiencia havida e pelas conversas havidas também entre os restantes vereadores, se foi percebendo que o montante de 120 euros era um montante razoável e que os 150 euros obrigavam a deferir o apoio a agregados familiares cuja carência não seria tão grande assim. Fez notar ainda que este é um valor ao qual estão subtraídas as despesas essenciais e trata-se de um valor *per capita*. O apoio do espaço social tende a ser um contributo, uma ajuda e não um meio de sustento. Disse ainda ser sua opinião pessoal a necessidade de se contribuir com alguma pedagogia para este tipo de agregados familiares, existindo por vezes um grande desajustamento em termos de comportamentos, devendo as pessoas começar a distinguir aquilo que é acessório do que é essencial. Quanto ao número de agregados familiares que espaço social apoia, este cifra-se em 152, numero que vai variando mensalmente, existindo relatórios trimestrais que estão disponíveis para consulta. Quanto às datas das recolhas, disse que esta ultima recolha era para ter acontecido antes, mas que foi sendo protelada por via de reuniões com entidades como a Conferência de S. Vicente de Paulo e outros grupos de voluntários, com vista à criação da rede de apoio alimentar do concelho, tendo esta ultima recolha revertido a favor destas instituições e não apenas do Espaço Social. Continuou dizendo que essas instituições vão funcionar como uma espécie de delegações do Espaço, trabalhando com as mesmas regras e completando o Espaço Social os seus stocks, com os produtos de que eles necessitem, para apoiar os agregados que já tinham e outros que vierem a ter.-----

-----**Carlos Vieira**, pediu novamente a palavra para dizer que devia haver alguém que visitasse esses agregados que são apoiados, porque há muita gente que precisa e não pede por vergonha ou pudor e existem aqueles que conhecem todas as alternativas e vão a todos os lados.-----

-----A vereadora Rita Cerejo, respondendo disse que foi exatamente por ter conhecimento de casos desses que se criou esta rede, partilhando os nomes e os casos que estão a ser apoiados, evitando assim que as mesmas pessoas sejam apoiadas por diversas entidades. No que se refere ao comportamento das famílias e apesar de por vezes este ser merecedor de crítica, quando existem crianças na família é muito complicado deixar de ajudar.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi este ponto da ordem de trabalhos, posto a votação, -
7. Aprovação do Regulamento do Espaço Social - tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com uma abstenção**.-----

-----**8. PROC.º N.º 659/2007 – REQUERENTE – SOLANCIS - SOCIEDADE EXPLORADORA DE PEDREIRAS, S.A. – Plano de expansão da empresa, e 9. PROC.º N.º 474/2010 – REQUERENTE – Germano & Cordeiro, Lda., requer na qualidade de explorador da pedra denominada “Cova Alta”, sita na freguesia de Alvados, a emissão de declaração de Interesse Público Municipal, para pedir uma segunda prorrogação do prazo de validade do D.I.A (Declaração de Impacte Ambiental) do projeto de Exploração da referida pedra:**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse que antes de dar a palavra à Câmara queria apenas fazer uma pequena observação, referindo, no que concerne ao ponto 8 da ordem de trabalhos, que se trata aqui de uma empresa que não tem sede no concelho de Porto de Mós e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que portanto não deve pagar impostos em Porto de Mós, que não faz nenhuma proposta concreta, que apenas explica a sua atividade e só por isso achasse com direito a ser de utilidade pública, estranhando que a Câmara apenas diga “*submeter à Assembleia Municipal*”. Continuou dizendo que não sabe o que pretende esta empresa, e que apenas sabe que pretende ter “utilidade pública”, dizendo não saber porquê.-----

-----Passou depois a usar da palavra o senhor Vice Presidente da Câmara dizendo que corrobora a preocupação do senhor Presidente da Assembleia Municipal, e que esse conceito de interesse publico não deve ser banalizado. Não havendo a definição deste conceito, deve o mesmo ser aqui atribuído, em função de uma informação quantificada, avaliada, documentada a partir do executivo municipal.-----

-----**Carlos Alberto Rosa Vieira (PSD):**-----

-----Usando da palavra, disse que já foi aqui sugerido que se constituísse uma equipa técnica para avaliar estas situações, para que os processos viessem devidamente instruídos, com parâmetros definidos e os deputados municipais pudessem perceber o que estava em causa em cada situação. -----

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Disse que em seu entender se estão aqui a misturar duas situações, passando a dizer que determinada empresa para poder proceder à sua ampliação, e à falta do PDM, precisa que a Assembleia Municipal declare interesse público municipal, para aquele efeito e só para isso. No que se refere às pedreiras, disse, que se não votarem favoravelmente elas não poderão ser ampliadas. Em relação a este caso concreto, disse que tem muitas duvidas, não só pela validade da empresa, mas pelo caminho onde isso nos pode levar. Pois se considerarmos apenas os bons rácios das empresas, poder-se-á ter na próxima assembleia 20 empresas a fazerem este tipo de pedidos.-----

-----**Rui Fernando Correia Marto (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – PS):**-----

-----Começou por dizer que nesta caso, acha que há uma falha de quem enviou a documentação, porque tendo consultado o processo, há uma carta de 16 de fevereiro de 2012, da Solancis, tendo no assunto “*pedido de interesse público municipal para a área de ampliação da pedreira nº 5551*”. Não foi no entanto este documento que foi à reunião de Câmara, nem foi este documento que foi facultado aos deputados municipais, disse, acrescentando não saber se isto foi mesmo assim, ou se foi um lapso dos serviços que tinham por missão fazer esse trabalho. O documento que foi enviado aos deputados municipais é um plano de expansão da empresa que quando muito, deveria ser discutido na assembleia geral de sócios da empresa. Por outro lado, o que se pode intuir desta situação é um pedido de utilidade publica. Assim sendo, disse achar que este ponto deve ser retirado da ordem de trabalhos.-----

-----Continuou dizendo que com a atitude que esta Assembleia tomou nas duas anteriores sessões, em que, primeiro se retirou o ponto da ordem de trabalhos para que se pedissem à empresa elementos adicionais para instruir o processo e depois nem sequer se discutiu o que vinha na informação do executivo, votando-se a favor, não é a mais coerente, referindo que enquanto deputados municipais a atitude deveria ser outra. No que se refere ao pedido de interesse publico constitui o ponto 9 da ordem de trabalhos, disse concordar com Carlos Vieira, dizendo que seria conveniente haver uma equipa técnica composta por membros da assembleia e coordenada pela Câmara, para se analisarem estas questões convenientemente, devendo esta situação servir para

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

esta Assembleia dizer basta. Disse ainda que quanto ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, se trata de uma pedreira que fica entre as grutas de Alvados e as grutas de Santo António, dizendo achar que as pedreiras nunca são de interesse público, e aquela especialmente atendendo à localização. Concluindo, disse que relativamente ao primeiro pedido se devia apenas tomar conhecimento uma vez que a empresa Solancis não está a requerer nada e quanto ao segundo, da empresa Germano e Cordeiro o mesmo deveria ser negado criando-se procedimentos de forma a ser possível fazer uma cabal avaliação das situações em apreço.-----

-----**Manuel Carvalho Amado (Presidente da Junta de Freguesia de Arrimal – PSD):**-----

-----Prestou alguns esclarecimentos acerca da situação das pedreiras referindo que para as mesmas poderem trabalhar precisam desta avaliação por parte desta Assembleia. Concluindo disse que a pedreira da Solancis tem cento e dez empregados, sendo vinte deste concelho.-----

-----**António da Conceição Ferraria (CDU):**-----

-----Disse que sempre tem votado favoravelmente este tipo de pedidos, tendo em conta toda a situação que se vive no país no sentido de preservar os postos de trabalho. Acrescentou que esta situação é diferente porque não se identifica o local da exploração. Disse depois que concorda que a Assembleia Municipal crie um grupo de trabalho para analisar estas situações.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Usando da palavra, disse que existe uma grande confusão entre o presente ponto da Ordem de Trabalhos e o ponto que vem a seguir, sendo duas coisas totalmente distintas. A Solancis vem apenas apresentar um plano de expansão da empresa, nem sequer referindo qual a pedreira que esta a explorar neste concelho, não requerendo nada e referindo no último parágrafo que ela própria, empresa, pode ser considerada de utilidade pública, reiterando o que Rui Marto disse, pois a Assembleia Municipal não tem competência para aprovar um plano de expansão de uma empresa. A Câmara Municipal, em vez de ter enviado este documento para a Assembleia Municipal devia ter notificado a empresa para saber o que é que ela pretendia, porque nesta exposição nada se diz. Disse depois que a sua proposta vai no sentido de se retirar este ponto da ordem de trabalhos, não se podendo pôr a votação uma situação que não está na ordem de trabalhos pois o que dela consta é "**PROC.º N.º 659/2007 – REQUERENTE – SOLANCIS - SOCIEDADE EXPLORADORA DE PEDREIRAS, S.A. – Plano de expansão da empresa**".-----

-----No que se refere ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, disse que, este é o único estratagema que as empresas têm para se legalizarem, enquanto o PDM não for aprovado em todos os concelhos deste país, dizendo-se a favor, sempre que as mesmas demonstrem que merecem essa aprovação.-----

-----**António José de Meneses Teixeira (PS):**-----

-----Disse que a empresa Solancis, no documento enviado aos membros da assembleia diz que se encontra sediada no concelho de Alcobaça, dizendo a mesma que "*A SOLANCIS pode considerar-se uma empresa de utilidade pública...*", sendo os conceitos de utilidade pública e interesse municipal muito diferentes. Por último, disse que subscreve as palavras do senhor Vice Presidente, mas que apenas hoje teve conhecimento delas, de forma a poder fazer um juízo mais completo e consolidado acerca da empresa. Por outro lado, disse, serem necessárias de facto regras, para que haja uma bitola em relação a isto.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Disse que há um critério que o senhor Vice Presidente aqui apresentou, e do qual discorda, e que é a questão da sede da empresa. Referiu o facto de as empresas que apenas aqui têm a exploração e não a sede deixarem às juntas de Freguesia receitas de algum relevo.-----

-----Em relação a este assunto, disse que propunha que os técnicos da Câmara façam uma grelha onde as empresas se encaixem e em função da pontuação que obtiverem, se atribua ou não a classificação às empresas.-----

-----Em relação aos casos concretos aqui presentes hoje, a sua proposta vai no sentido de se propor que se retire o ponto 8 da ordem de trabalhos. Em relação ao segundo pedido e que consta do ponto 9 da Ordem de Trabalhos e sendo o parecer da Câmara favorável é de opinião que deve ser votado. -----

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):** pediu a palavra para dizer em relação às pedreiras, que quanto à ampliação em si, não é a Assembleia Municipal que aprova, mas sim o Parque Natural, sendo esta declaração de interesse municipal apenas um elemento instrutório daquele processo. Continuou dizendo que, ou se assume aqui a responsabilidade de tentar viabilizar essas empresas ou se assume a responsabilidade de ultimar e aprovar o PDM.-----

-----**Virgílio Vieira Casimiro (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que este assunto é demasiado importante para ser tratado de uma forma leviana, referindo que já foram aprovados todos os pedidos similares que aqui vieram, e que tem que haver muito cuidado nesta análise pois arriscam-se a fechar as empresas provocando o despedimento de pessoas.-----

-----**António da Conceição Ferraria (CDU)** perguntou ainda se não houver aqui aprovação se a pedreiras fica inviabilizada.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a dizer que a empresa SOLANCIS não requereu nada segundo o documento que foi presente aos membros da Assembleia, considerando esta empresa que pode ser uma empresa de utilidade pública, passando a perguntar ao senhor Presidente da Câmara se concorda em que este assunto seja retirado da Ordem de Trabalhos.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou depois a esclarecer a situação, dizendo que foram aqui referidas algumas situações que não correspondem à verdade quanto à instrução destes processos de licenciamento de pedreiras. No que se refere ao PDM, com toda a responsabilidade que a Câmara possa ter no mesmo, isto não tem a ver com o PDM mas com o impacto ambiental e com a Reserva Ecológica Nacional, e o que está aqui em causa é que as pedreiras para se expandirem em reserva ecológica nacional, para poderem usufruir do regime de exceção de desafetação da REN, precisam que haja um parecer favorável da Assembleia Municipal e não da Câmara relativamente ao interesse público que a empresa tem para a região, sendo que, é o Ministério da Economia e não o Parque Natural que aprova. Tudo isto tem a ver com o Plano de Ordenamento que o Parque tem em vigor neste momento e que na informação que a Câmara fez, se diz aí que se está a avançar com o Plano de Pormenor em pareceria com a Assimagra, no sentido de, nas zonas abrangidas pelas OPG's (unidades operativas) possam ser zonas específicas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para exploração de pedra. Estas zonas estão no limite desse espaço, e a pedreira para se expandir vai fazê-lo para fora desse limite, ou seja para Reserva Ecológica Nacional, e aí entra o regime de exceção, que para ser atendido tem que ter o parecer da Assembleia Municipal.-----

-----Quanto à SOLANCIS, disse que apesar desta não ter sede no concelho emprega muita gente do concelho de Porto de Mós. Continuou dizendo que estamos tão limitados em termos de economia e riqueza do concelho que estas pequenas oportunidades têm de ser aproveitadas. Disse depois que é natural que haja um lapso por parte da Câmara no envio dos elementos, até porque Rui Marto, que consultou o processo, confirmou que do processo inicial consta o requerimento.-----

-----Seguidamente o senhor Vice Presidente usou da palavra para dizer que o documento que foi enviado aos membros da assembleia, onde está lavrada a deliberação do executivo, não é o ultimo que a empresa enviou, passando a ler o documento em causa:-----

-----"Assunto: Envio de documentos: Pedido de interesse publico municipal, para a área de ampliação da pedreira 5551 – Vale da Moita 1, situada na freguesia de Arrimal, concelho de Porto de Mós, distrito de Leiria:-----

-----Exmos Senhores, no seguimento da reunião do município de 06.06.2012, referente ao pedido de interesse publico, para a área de ampliação da pedreira 5551 – Vale da Moita 1, situada na freguesia de Arrimal, concelho de Porto de Mós, serve o presente para entregar os seguintes elementos em falta: demonstrações financeiras dos últimos três anos....."-----

-----Continuou depois dizendo que quando referiu o facto de não estarem sediadas no concelho as referidas empresas, isso era um elemento que não reporta positivamente para a deliberação da Câmara, mas no caso de ser elaborada uma eventual grelha com a qual concorda, isso há-de ser apenas um elemento de um conjunto que há-de ditar a pontuação a atribuir a cada caso solicitado.-----

-----Referiu depois que o interesse municipal que aqui é aprovado, não é condicionado apenas para a expansão da área, mas também para todos os outros efeitos que a lei possa prever.-----

-----Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia usando da palavra disse que este documento muda tudo, referindo que a empresa SOLANCIS faz um pedido de interesse publico para a área de ampliação da pedreira 5551 – Vale da Moita 1, situada na freguesia de Arrimal, concelho de Porto de Mós, distrito de Leiria, que vem acompanhado de uma peça desenhada, de uma planta de localização, de uma planta cadastral com a indicação do limite do terreno e com documento comprovativo do aluguer dos terrenos, dizendo o seguinte: "O impacto socioeconómico que ocorre nesta freguesia que possa resultar da criação de novas pedreiras ou ampliação das existentes prevê-se que venha a ultrapassar o seu âmbito geográfico causando mudança nos habitantes e no tecido económico das zonas envolventes. A dinâmica da região perante novos investimentos, irão permitir o aumento do numero de postos de trabalho e fomentar relações comerciais entre as regiões circundantes que será desta maneira implementada. O projeto de ampliação da pedreira, permite manter os atuais postos de trabalho, assim será criada riqueza na região com recurso à exploração de calcário com elevada qualidade ornamental, utilizando para isso as melhores tecnologias disponíveis, visando uma gestão ambiental, orientada para que não seja reduzida a qualidade ambiental da região."-----

-----Posto isto, disse que iria pôr à discussão o ponto seguinte - **9. PROC.º N.º 474/2010 – REQUERENTE – Germano & Cordeiro, Lda., requer na qualidade de explorador da pedreira denominada "Cova Alta", sita na freguesia de Alvados, a emissão de declaração de Interesse Público Municipal, para pedir uma segunda prorrogação do prazo de validade do D.I.A**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(Declaração de Impacte Ambiental) do projeto de Exploração da referida pedra – e que a mesma deveria ser feita numa base de equilíbrio com esta, votando depois individualmente cada ponto.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia passou depois a referir que a empresa Germano e Cordeiro, Lda., pede o reconhecimento de interesse publico de uma pedreiras sita em Cova Alta, Alvados, fazendo a demonstração financeira dos últimos três anos, apresentando a justificação do seu pedido e merecendo da Câmara a seguinte deliberação: "Face aos elementos apresentados, a Câmara Municipal emite parecer favorável e remete à apreciação da Assembleia Municipal".-----

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Disse que era a favor desta situação dizendo que até hoje sempre votou sim, com base nos elementos fornecidos, e que o seu voto era para aquela pedra devidamente identificada e não para a empresa. Dizendo que sempre ficou com a ideia de que a declaração de interesse publico era feita nesse sentido.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Usando da palavra referiu uma questão técnica, dizendo que o senhor Presidente da Assembleia tem de introduzir na ordem de trabalhos o pedido de reconhecimento de interesse municipal da empresa SOLANCIS, para que o mesmo possa ser votado. Disse depois que não se passa aqui um cheque em branco às empresas, e que o que é aqui aprovado é apenas para o fim que a mesma requer e nada mais.-----

-----**Virgílio Vieira Casimiro (PSD):**-----

-----Referiu que apenas se está a autorizar em determinadas situações que são as que constam do pedido inicial. Disse depois que estas pedreiras da Cova, de Alvados, são pedreiras de alpinina, que é uma pedra que neste momento está a ser muito procurada.-----

-----**Manuel Carvalho Amado (Presidente da Junta de Freguesia de Arrimal – PSD):** esclareceu que não se trata de uma ampliação da pedra, mas sim da a sua legalização.-----

-----**António José Meneses Teixeira (PS):**-----

-----Disse que esta pedra representa um paradigma económico, de que ninguém ainda falou, estando todos preocupados com a questão económica de extração da pedra e dos postos de trabalho não se falando da geodiversidade e geopatrimónio e conservação, que também dá dinheiro à economia do concelho, sendo necessário um instrumento fundamental que ainda não está feito e que é o Plano Municipal de Ordenamento, devendo haver equipas especializadas para mapear e cartografar tudo no sentido de saber onde se pode ou não fazer este tipo de explorações e porquê. Disse depois que fica desconfiado em termos de património, no que se refere à Cova Alta, porque uma cova, em termos geológicos, não é mais do que uma bolina ou uma vala, dizendo não saber se isto está potenciado só em termos de extração de pedra ou também potenciado em termos de geoconservação para geoturismo. Continuou dizendo que a pedra daqui extraída é a alpinina que é uma pedra muito rara, não sabendo se isso está salvaguardado em termos de amostragem para o geoturismo. Por tudo isso, disse, que não pode votar.-----

-----**António da Conceição Ferraria (CDU):** referiu que tendo em conta que estes dois processos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

são semelhantes a outros já aqui aprovados, não lhe resta alternativa senão votar favoravelmente estes dois também.-----

-----Seguidamente, o senhor Presidente da Assembleia propôs que o ponto nº 8 da ordem de trabalhos ficasse com a seguinte redação: **Solancis, Sociedade Exploradora de Pedreiras, SA – Pedido de interesse público municipal para a área de ampliação da pedreira nº 5551, Vale da Moita nº 1, situada na freguesia de Arrimal, concelho de Porto de Mós, distrito de Leiria.** Posta a votação esta proposta, foi a mesma **aprovada por maioria, com um voto contra e uma abstenção.**-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD)**, referiu que há uma coisa para a qual gostaria de alertar, porque os membros desta assembleia têm que ser por vezes também técnicos, e que votou favoravelmente a alteração ocorrida porque percebe que possa ter havido aqui um lapso dos serviços, mas que não aceita que sete vereadores deste executivo tenham posto a deliberação da Câmara neste documento, dizendo que o executivo deveria ter dado conta do lapso nessa altura.--

-----Assim sendo, foi o ponto 8 da Ordem de Trabalhos - **Solancis, Sociedade Exploradora de Pedreiras, SA – Pedido de interesse publico municipal para a área de ampliação da pedreira nº 5551, Vale da Moita nº 1, situada na freguesia de Arrimal, concelho de Porto de Mós, distrito de Leiria** – posto a votação tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com cinco votos contra e nove abstenções.**-----

-----Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia pôs a votação o ponto 9 da Ordem de Trabalhos - **PROC.º N.º 474/2010 – REQUERENTE – Germano & Cordeiro, Lda., requer na qualidade de explorador da pedreira denominada “Cova Alta”, sita na freguesia de Alvados, a emissão de declaração de Interesse Público Municipal, para pedir uma segunda prorrogação do prazo de validade do D.I.A (Declaração de Impacte Ambiental) do projeto de Exploração da referida pedreira** – tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com cinco votos contra e nove abstenções.**-----

-----**Carlos Vieira** pediu a palavra para fazer uma declaração de voto, dizendo que não sabia que tipo de rocha era a alpinina, e atendendo a que se trata de uma rocha rara que só existe nesta zona e no Algarve e por ser rara deve ser limitada a sua extração à semelhança do que acontece com a rocha rosa para a calçada. Disse que se devia estudar esse assunto e limitar a extração da alpinina. Disse ainda que este assunto não nos deve passar ao lado porque as gerações vindouras não perdoarão se se deixar extinguir estes filões.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia disse, dirigindo-se ao anterior interveniente, que se ele quiser trazer a esta assembleia numa próxima sessão alguma moção nesse sentido com base em dados técnicos, a mesa da assembleia está recetiva, **António José Teixeira**, na sequência disto, referiu que estava disponível para isso, dizendo-lhe o senhor Presidente da Assembleia que na altura propusesse um ponto a incluir na ordem de trabalhos, para discussão da eventual proposta.-----

-----**Pedro Lavado Gomes Vieira (PS)**, disse querer declarar que enquanto não houver um estudo técnico, que o esclareça sobre as implicações destes pedidos, dado que não possui conhecimentos ao nível da geologia, votará contra.-----

-----**10. Informação nos termos da alínea e), nº 1 do artigo 53º da Lei 169/99 de 18 de setembro alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara referiu que iria prescindir de ler o documento que foi enviado a todos os deputados municipais passando apenas a tecer algumas considerações quanto

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a alguns dos assuntos em questão.-----

-----Referiu que foram concluídas as obras da terceira fase da zona industrial, de Porto de Mós, esclarecendo que as verbas do QREN que não foram gastas, foram todas retiradas a nível das três regiões que estavam a ser objeto de apoio - Norte, Centro e Alentejo, para o chamado impulso jovem destinadas a formação profissional. Disse depois que hoje mesmo foram abertas as propostas para a requalificação da Alameda em Porto de Mós e para a requalificação da frente ribeirinha, dizendo esperar que estas duas obras não caiam por falta de financiamento. No que se refere ao PDM, disse que neste momento, este está praticamente concluído, tendo sido o parecer do Parque desfavorável o que vai obrigar a ver mancha a mancha, tendo de ser acertados alguns perímetros urbanos, face ao parecer desfavorável desta entidade. Disse ainda que a parceria com a Assimagra se mantém, estando a elaborar o Plano de Pormenor para ser mais fácil o licenciamento das Pedreiras na zona da serra.-----

-----**António Rogério de Oliveira Vieira (Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras – PSD):**-----

-----Disse querer agradecer à Câmara Municipal o trabalho desenvolvido na freguesia de Pedreiras, ao nível da abertura de caminhos florestais e agrícolas. Disse ainda querer destacar o facto de se ter criado na freguesia de Pedreiras um grupo florestal voluntário, tendo-se juntado um grupo de amigos e a Junta de Freguesia pago a gasolina e abrindo-se um caminho que já existira em tempos e que liga o Vale da Malhada ao cimo da serra, estando convicto que outros trabalhos do género irão aparecer.-----

-----**Ana Maria Martins Narciso (PSD):**-----

-----Usando da palavra perguntou ao senhor Presidente da Câmara se era verdade que a Câmara Municipal celebrou um contrato com a empresa Artemá – Atelier de Restauro, para a realização de um filme promocional sobre o concelho, dizendo que gostava de ter uma resposta sobre esta matéria para a seguir poder conduzir a sua intervenção. Disse depois que queria dar os parabéns à senhora vereadora Rita Cerejo, porque pela primeira vez se fez uma rede social que há muito ela dizia ser necessária, mas que isso não é ação social, sendo uma resposta quase caritativa relativamente ao que se passa no concelho. Continuou dizendo que se ouviu o senhor Presidente da Câmara dizer que para o ano, o IML vai aumentar exponencialmente, podendo ai sim haver uma ação social, isentando por exemplo, os jovens ou pessoas mais carenciadas do pagamento do IML. Disse depois que também fica satisfeita quando vê as galinholas de água no Rio Lena mas fica muito preocupada quando está no Parque Verde e vê águas paradas com nuvens de mosquitos. Disse depois que gostaria de saber se existe a possibilidade de criar uma newsletter, de forma a convidar os munícipes para uma participação cívica mais ativa, relativamente ao que se passa aqui na Assembleia Municipal, podendo a população saber o que se vai passar, que tipo de propostas se apresentam e quais as conclusões desta reunião, perguntando se isso está na agenda do senhor Presidente da Assembleia. Disse ainda que não sabe o que se passa com a Central Termoelétrica, dizendo não encontrar a candidatura desse espaço.-----

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Referiu-se à conclusão da terceira fase da zona industrial, dizendo ser sabida a sua discordância quanto à forma como a mesma tem vindo a ser construída – a conta gotas - perguntando se existem empresas interessadas em ali se instalarem.-----

-----Referindo-se depois ao facto de estar a ser criada uma plataforma de ligação do município

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

às escolas, disse que lhe pareceria razoável que as Juntas de Freguesia, sendo os parceiros que são com a Câmara e fazendo já tarefas ligadas com o município, estivessem também ligadas.-----

-----Concluiu depois dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara a propósito de ter falado há pouco dos alcatroamentos e da questão do orçamento, que nesta fase já não fala de orçamento mas de factos, dinheiro que se tem e dinheiro que se gasta, sendo isso que quis dizer há bocado, dinheiro que se arrecadou e dinheiro que se gastou, sendo no caso estradas de S. Bento.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Disse que em relação a este documento queria alertar para o facto de no primeiro ponto o senhor Presidente ter dito que o IC9 havia sido concluído, reparando que existem reclamações, e salientando que as reparações dos danos causados pela construção dessa estrada em toda a envolvente nunca mais avançaram. Disse depois querer apresentar um pedido de desculpas ao senhor Presidente da Câmara, porque não sabia que ele iria inaugurar a ecopista, pois usou-a e publicitou-a antes disso acontecer, porque gostou muito do espaço. Referindo-se depois ao IMI, disse que queria alertar para uma situação, sobre a qual se irão pronunciar em setembro, para que não venha o executivo propor um aumento superior ao que resulta da própria lei.-----

-----**Manuel Carvalho Amado (Presidente da Junta de Freguesia de Arrimal – PSD):**-----

-----Usando da palavra deu conta do assalto a um multibanco que teve lugar esta noite em Arrimal. No que se refere às pedreiras, apesar do descontentamento que aqui foi manifestado em relação às mesmas, lembrou que todas as freguesias do concelho têm tout venant gratuito para reparação dos caminhos, o que considera ser também uma mais-valia. -----

-----Antes de dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara para responder aos anteriores intervenientes, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra a Ana Narciso que passou a explicar a forma de os municípios poderem receber em casa uma newsletter por forma a terem um conhecimento mais efetivo das manifestações desta assembleia. -----

-----Posteriormente, o senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes, dizendo da importância do trabalho que está a ser feito ao nível dos caminhos agrícolas e florestais não só tendo em vista a mobilidade das pessoas mas também com vista à proteção e prevenção dos incêndios no concelho.-----

-----A **Ana Narciso** respondeu que de facto se está a fazer um filme promocional sobre Porto de Mós, sendo essa falta uma falha que existia até agora ao nível da divulgação do concelho.-----

-----Quanto ao IMI, referiu que está previsto o mesmo aumentar, mas que esse diferencial não reverte para as Câmaras, servindo antes para pagar as dívidas de longo prazo que as Câmaras têm. Quanto às águas paradas no Parque Verde, disse que este pode ser alimentado através do sistema da rede pública ou então por recirculação das águas dos regantes, o que se tem estado a verificar até este momento. Acrescentou depois que os lagos referidos serão limpos durante a próxima semana.-----

-----Referiu-se depois aos constrangimentos que a Lei dos Compromissos vem impor ao nível do funcionamento das Câmaras Municipais, mas afirmando entanto que esta lei peca por atraso e que tivesse sido promulgada há mais tempo talvez tivesse impedido alguns excessos que levaram à presente situação de endividamento, não tendo essas situações sido devidamente acauteladas.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Quanto à Central, disse à deputada **Ana Narciso**, que a pessoa a quem deve fazer essa pergunta é ao Secretário de Estado Almeida Henriques que fez ontem a retirada das verbas que os municípios tinham para investir, razão pela qual a Central não será requalificada, porque não irá arriscar exceder os limites de endividamento da Câmara Municipal, pelo qual seria responsável criminalmente.-----

-----Respondendo a **Carlos Venda**, disse que em seis anos foram feitas duas fases da zona industrial de Porto de Mós e que se isto é fazer obras a conta gotas, que dizer dos últimos vinte anos em que foi feita apenas uma fase. Se as obras inicialmente tivessem sido feitas com alguma celeridade, várias empresas se teriam ali fixado, pois na altura muitas precisavam de Parque Industrial e não o tinham. A questão da conjuntura, neste momento não é favorável mas disse pensar que haverá oportunidade de pouco a pouco ali ir implantando algumas empresas, fruto do nó rodoviário que ali existe.-----

-----A **António Pires**, acerca das reclamações referentes às envolventes do IC9, disse que hoje mesmo houve uma reunião nos vários locais com o Eng. Águas e os Presidentes de Junta de S. Pedro e de S. João Batista.-----

-----**Ana Narciso** pediu a palavra para dizer ao senhor Presidente da Câmara que se a empresa que está a realizar o filme promocional de Porto de Mós é a Artema – Atelier de Restauro, Lda., a mesma não está vocacionada para fazer filmes. Esta empresa está há quinze anos em Leiria e trabalha em madeira.-----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que deve haver algum erro quanto ao nome da empresa, porque a empresa que está a fazer o filme mostrou-lhe alguns filmes, sendo uma empresa conceituada na área. Se apareceu esse nome, será um erro.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia disse a Ana Narciso que se dirigisse à Câmara e que esclarecesse essa situação junto dos serviços competentes.-----

-----**MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:**-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, o Presidente da Assembleia Municipal, deu a conhecer aos membros desta, os termos da minuta das deliberações: 1. Modificações Orçamentais: 1ª Revisão à Grandes Opções do Plano para o ano de 2012; 2. Modificações Orçamentais: 1ª Revisão ao Orçamento para o ano de 2012; 3. 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal do Ano de 2012; 4. Autorização Prévia no âmbito da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos); 5. Autorização de Abertura de Procedimentos Concursais para recrutamento, com vista à constituição de relações jurídicas de emprego público; 6. Pedido de autorização para assunção de compromissos plurianuais – Fornecimento de energia elétrica para instalações alimentadas em média tensão e baixa tensão especial do Município de Porto de Mós; 7. Aprovação do Regulamento do Espaço Social; 8. PROC.º N.º 659/2007 – REQUERENTE – SOLANCIS - SOCIEDADE EXPLORADORA DE PEDREIRAS, S.A. – Plano de expansão da empresa; 9. PROC.º N.º 474/2010 – REQUERENTE – Germano & Cordeiro, Lda., requer na qualidade de explorador da pedra denominada “Cova Alta”, sita na freguesia de Alvados, a emissão de declaração de Interesse Público Municipal, para pedir uma segunda prorrogação do prazo de validade do D.I.A (Declaração de Impacte Ambiental) do projeto de exploração da referida pedra; tendo estas sido submetidas a votação e **aprovadas por unanimidade**.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 0.30 horas do dia 23 de junho e para constar se lavrou a presente ata que irá assinar e que eu, Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo -----
